

Aprovado  
Unanimidade



**5.ª Comissão Permanente**  
**Comissão de Descentralização e Obras Municipais**

**Parecer**

*Relativo à Proposta n.º 685/2014 – “Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Marvila, e aprovar a respetiva minuta de contrato”*

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**

Proc. \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_  
ENT. 3751/SG/DAOSM/GAAM/\_\_\_\_\_  
DATA 05/12/14  
João Fernandes



## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

Através da Proposta n.º 685/2014<sup>1</sup>, subscrita pelo Vereador com os Pelouros da Higiene Urbana e das Estruturas de Proximidade, Duarte Cordeiro<sup>2</sup>, submete-se à Assembleia Municipal de Lisboa [AML], para efeitos de autorização<sup>3</sup>, a celebração de contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Marvila – bem como a aprovação da respectiva minuta –, com vista à execução da requalificação da área expectante junto à Piscina do Vale Fundão.

Tendo a Proposta sido remetida, por despacho da Presidente da AML, Helena Roseta, para a 5.ª Comissão Permanente – Comissão de Descentralização e Obras Municipais, a fim de ser apreciada e, consequentemente, emitido parecer, cumpre proceder à emissão do mesmo, em consonância com o preceituado no artigo 76.º do Regimento da AML para o mandato 2013-2017<sup>4</sup>.

## 2. CONSIDERANDOS

De acordo com o ponto D dos Considerandos da Proposta em análise, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) e a Junta de Freguesia de Marvila procederam a uma reavaliação das receitas e custos associados às competências transferidas por força da Lei n.º 56/2012, de 8 de Novembro, tendo resultado um *superavit* de € 650.000,00 a favor da Freguesia de Marvila (cfr. Anexo L referente aos “Valores Financeiros Associados” que integra o Auto de Efectivação da Transferência de Competência n.º 1/JFMA/2014, celebrado entre o Município e aquela Freguesia).

Por esta razão, as referidas autarquias locais comprometeram-se a identificar mecanismos de ajustamento para o ano em curso, estabelecendo a possibilidade de assunção de novas delegações de competências em áreas consideradas de interesse mútuo.

---

<sup>1</sup> Doravante designada apenas por Proposta.

<sup>2</sup> A Proposta foi aprovada por unanimidade na reunião da Câmara Municipal realizada no dia 12 de Novembro de 2014.

<sup>3</sup> Nos termos e ao abrigo do preceituado na alínea *k*) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

<sup>4</sup> Aprovado pela Deliberação n.º 58/AML/2014, de 18 de Março, e publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1048, de 20 de Março de 2014. Daqui em diante designado apenas por Regimento.



Nesse âmbito, a CML e a Junta de Freguesia de Marvila consideram de interesse público mútuo e prioritário a manutenção e a execução da requalificação da área expectante junto à Piscina do Vale Fundão.

Ora, tal operação material traduz-se no exercício de competência da CML cuja delegação na Freguesia de Marvila se pretende agora contratualizar por via do contrato interadministrativo de delegação de competências ora proposto, o qual habilitará a Junta de Freguesia a promover a execução dos trabalhos em causa.

Nos termos do disposto nos nºs 1, 2 e 5 do artigo 115.º, *ex vi* do artigo 122.º, ambos do regime jurídico da delegação de competências dos Municípios nas Freguesias, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Novembro, tal contrato deve prever os recursos patrimoniais e financeiros necessários ao exercício das competências delegadas (*vide* Cláusula 6.ª do contrato vertente).

De acordo com o estipulado na Cláusula 5.ª da minuta de contrato, os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas consistem na utilização do *superavit* acima mencionado até à quantia de € 28.970,66, a qual será revista em função dos comprovativos de despesa apresentados.

Da celebração do contrato em análise, resulta ainda que:

- i) A Junta de Freguesia de Marvila procederá à execução da requalificação em causa nas condições que lhe sejam indicadas pela CML em desenvolvimento do contrato, obrigando-se ainda aquela Junta a apresentar relatórios de execução dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do contrato;
- ii) A Junta de Freguesia de Marvila promoverá os procedimentos pré-contratuais conducentes à execução dos trabalhos em causa, prestando a CML todo o apoio técnico para este efeito e obrigando-se a elaborar e entregar os projectos de execução e os cadernos de encargos necessários.



Por fim, refira-se que o período de vigência do aludido contrato coincidirá com a duração do mandato autárquico e a sua produção de efeitos iniciar-se-á no dia da sua outorga.

### **3. OPINIÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS E DO RELATOR**

As forças políticas representadas na 5.<sup>a</sup> Comissão Permanente – Comissão de Descentralização e Obras Municipais e, bem assim, o Deputado Municipal Relator reservam as suas opiniões e o seu sentido de voto para o plenário da Assembleia Municipal onde será debatida e votada a Proposta.

### **4. CONCLUSÕES**

Nos termos das disposições conjugadas da alínea *k*) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e da alínea *l*) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da AML para o mandato 2013-2017, compete à AML autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a CML e as Juntas de Freguesia.

Analizada a Proposta, bem como os documentos que a acompanham, a 5.<sup>a</sup> Comissão Permanente – Comissão de Descentralização e Obras Municipais emite parecer favorável, devendo, no entanto, os relatórios de execução dos trabalhos previstos no contrato de delegação de competências ser enviados pela CML à AML, no quadro das suas competências de acompanhamento e fiscalização.

A apreciação da Proposta cumpriu o prazo fixado pela Presidente da AML ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento para a emissão de parecer.

Pelo exposto, infere-se que a Proposta está em condições de ser debatida e votada em plenário da AML.

### **5. ANEXOS**



O Deputado Municipal Relator considerou desnecessária a junção ao presente parecer de quaisquer elementos documentais, nem tal foi solicitado pelos demais Deputados e Grupos Municipais.

Lisboa, 3 de Dezembro de 2014.

O Presidente da 5.<sup>a</sup> Comissão,

Miguel Coelho

O Deputado Relator,

Miguel Teixeira